

REFERÊNCIA NOMINAL EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA (LIBRAS)*

Thais Bolgueroni **
Evani Viotti ***

Resumo: A referência nominal é um dos grandes focos de interesse de diversas áreas da linguística, como a sintaxe, a semântica e a pragmática. Muito já se sabe a respeito de como o processo de referência se dá nas línguas orais. Nas línguas sinalizadas, no entanto, são poucas as descrições e análises que têm por objetivo o estudo desse fenômeno. Mais escassos ainda são os trabalhos que tratam da questão a partir de dados de língua em uso. Este artigo pretende fazer uma contribuição no sentido de reverter esse quadro. Seu objetivo é o de apresentar a descrição e a análise do processo de referência nominal utilizado em uma narrativa contada por um surdo adulto fluente em língua de sinais brasileira (libras). A partir da transcrição rigorosa dos dados, foi possível levantar as formas utilizadas para a introdução e para a retomada de referentes no discurso, e os contextos conceituais em que elas ocorrem.

Palavras-chave: línguas de sinais; referência nominal; língua e gesto.

INTRODUÇÃO

■ **A** questão de como designamos as entidades que fazem parte de nossa vida vem sendo objeto de investigações filosóficas e linguísticas desde tempos imemoriais. De um ponto de vista eminentemente linguístico, a preocu-

* Agradecemos ao surdo Celso Badin sua inestimável colaboração para a pesquisa que serviu de base para este artigo, e por sua generosidade em liberar o uso, em publicações científicas, das imagens da narrativa filmada. Agradecemos, também, ao Laboratório de Apoio à Pesquisa e ao Ensino de Letras (LAPEL) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) a ajuda com as filmagens e com as conversões dos arquivos de mídia. Ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da USP e ao Laboratório "Escola do Futuro" da USP, agradecemos o apoio à pesquisa sobre línguas sinalizadas que vimos desenvolvendo. A pesquisa que embasou este artigo não teria sido possível sem a bolsa que a primeira autora obteve do CNPq, pela qual somos gratas.

** Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da USP. Pesquisadora do Laboratório "Linguagem, Interação, Cognição" (LLIC) da USP. E-mail: thabolgueroni@gmail.com.

*** Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da USP. Professora do Departamento de Linguística da USP. Pesquisadora do LLIC da USP.

pação tem sido descrever e analisar os contextos sintáticos, semântico-pragmáticos ou conversacionais em que, para a referência a entidades, o uso de nominais plenos é preferível ao uso de proformas¹; em que nominais plenos devem ser marcados como definidos ou indefinidos; em que as proformas empregadas devem ser do tipo anafórico – também chamado reflexivo – ou do tipo pronominal².

De um lado, estudos sintáticos têm concentrado seus esforços no levantamento das configurações estruturais em que o uso de proformas anafóricas/reflexivas é preferível ao uso de proformas pronominais, e aquelas em que nominais plenos podem ocorrer. São de interesse desses estudos assimetrias como as exemplificadas nos pares 1-2 e 3-4:

1. [O Pedro]_i acha que a Maria não gosta d[ele]_i.
2. * [O Pedro]_i acha que a Maria não gosta de [si mesmo]_i.
3. O irmão d[o Pedro]_i acha que [o Pedro]_i ama a Maria.
4. *[O Pedro]_i acha que [o Pedro]_i ama a Maria.

De um ponto de vista eminentemente sintático, tem-se proposto que é a configuração estrutural das sentenças 1 e 2 que permite que o pronome *ele* possa ter o mesmo referente que o nominal *o Pedro*, mas a anáfora *si mesmo*, não. Nos exemplos 3 e 4, a correferência entre um nominal pleno e outro é possível apenas em uma configuração sintática particular, em que não exista uma relação de comando de um sobre o outro³.

De outro lado, estudos semântico-pragmáticos e conversacionais têm investigado a referência nominal tomando como ponto de partida a complexidade das conceitualizações criadas conjuntamente pelos coparticipantes em uma interação, das quais fazem parte as entidades a ser designadas por expressões linguísticas. Dentre as questões que norteiam esses estudos estão aquelas relacionadas ao estabelecimento e à manutenção constante do fundo comum (*common ground*) aos coparticipantes de uma interação, e a diferentes assimetrias de proeminência (*construal*) que os interlocutores podem imprimir às suas conceitualizações das entidades envolvidas nos eventos sobre os quais estão falando⁴. O interesse, agora, não está mais nas estruturas sentenciais que permitem o uso de um tipo ou outro de codificação nominal; está, sim, em dois processos interligados: 1. aquele pelo qual os coparticipantes de uma interação calculam seu nível de compartilhamento de informação – ou seja, qual é seu conhecimento comum, e quão acessível esse conhecimento está, em um dado ponto do discurso; e 2. aquele que, considerando um enunciado como 5, por exemplo, conduz à introdução de conceitualizações de referentes por meio de nominais indefinidos, como *uma mulher* e *um bebê*, e licenciam que, a partir desse ponto, essas concei-

1 Seguindo a terminologia corrente na Gramática Cognitiva, usamos a expressão *nominal* para fazer referência ao que, nas teorias gramaticais mais conhecidas, é chamado *sintagma nominal*. Usamos o termo *proforma* para fazer referência a todas as formas gramaticais usadas para substituir outras, sejam elas nominais ou não.

2 Referimo-nos, aqui, à Gramática Gerativa, que faz uma diferença entre anáforas e pronomes, como no par [O Pedro] [se], viu no espelho (em que a anáfora *se* tem como referente a mesma entidade designada pelo nominal *o Pedro*); e [O Pedro] [o], viu no espelho (em que o pronome *o* não pode ter como referente a mesma entidade designada pela expressão *o Pedro*). São proformas anafóricas as expressões *se*, *si*, *si mesmo(a)*, *ele/ela mesmo(a)* (esta última, em alguns contextos particulares).

3 Essas questões são tratadas no módulo da Gramática Gerativa conhecido como Teoria da Ligação (cf., entre muitos outros, CHOMSKY, 1981, 1986).

4 Para uma profunda discussão sobre a noção de fundo comum (*common ground*), cf. Clark (1996), entre outros. Sobre a noção de *construal*, cf. Langacker (1987, 1991, 2008), entre outros.

tualizações possam ser respectivamente retomadas por *a mãe e sua filhinha*, num primeiro momento, e por um vazio fonológico (\emptyset) e pela proforma átona *a*, num segundo momento⁵.

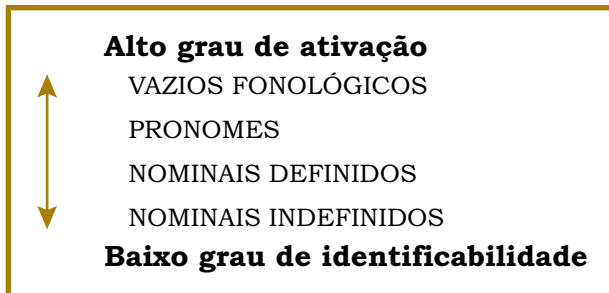
5. Em um reino distante, *uma mulher* deu à luz *um bebê*. Mas *a mãe* logo percebeu que *sua filhinha* era surda e \emptyset decidiu abandoná-la.

A literatura sobre o processo de referenciação nominal nas línguas orais, feita de acordo com essa segunda vertente, é bastante vasta, abarcando propostas e análises feitas dentro de modelos formais, como, dentre vários, Heim (1982), e aquelas feitas a partir de uma visão funcionalista ou cognitiva, como, entre outros, Givón (1983), Chafe (1994) e Lambrecht (1994). De maneira geral, essas propostas têm em comum a discussão de aspectos de duas questões relacionadas à referência nominal: a identificabilidade e a ativação das conceitualizações dos referentes de um discurso (LAMBRECHT, 1994). Identificabilidade diz respeito ao cálculo feito pelos coparticipantes de uma interação sobre a possibilidade da conceitualização de um determinado referente já ser parte do conhecimento desses coparticipantes. Em uma interação entre linguistas, por exemplo, podemos tranquilamente assumir que *Ferdinand de Saussure* faz parte do conhecimento compartilhado de todos os participantes. Mas se vamos falar de um jovem linguista iniciando sua pesquisa de pós-graduação, não podemos assumir que ele seja identificável por todos. Nos termos da proposta de Heim (1982), se imaginarmos que nosso conhecimento é um grande arquivo, podemos assumir que todo linguista já tem, em seu arquivo conceitual, uma pasta com informações sobre Ferdinand de Saussure, mas uma pasta nova vai ter que ser aberta para que se possa identificar o jovem linguista em início de carreira.

Quanto à ativação das conceitualizações dos referentes, o que se tem em vista é estabelecer se uma conceitualização que já é conhecida dos coparticipantes está ativa, acessível, ou inativa: está ativa aquela conceitualização a respeito da qual se está falando em um dado momento do discurso; é acessível aquela que está na periferia da consciência dos participantes da interação; e está inativa aquela conceitualização que é parte da memória de longo prazo dos coparticipantes, que não está nem no foco, nem na periferia de sua consciência (CHAFE, 1994).

Identificabilidade e ativação são processos cognitivos. Portanto, são gerais, no sentido de que estão na base do processo de referenciação de toda e qualquer língua natural. O que varia entre as línguas são as formas de marcar os nominais que codificam os diversos tipos de referentes – se são identificáveis ou não; e, se identificáveis, se estão ativos, acessíveis ou inativos. Givón (1983), a partir do estudo de textos em diversas línguas orais, propõe uma escala de acessibilidade que: 1. parte de nominais marcados como indefinidos para codificar conceitualizações de referentes ainda não identificáveis; 2. passa por nominais definidos para codificar conceitualizações identificáveis acessíveis; e 3. chega a formas pronominais e vazios fonológicos para codificar conceitualizações bem ativas, como mostra o Quadro 1, adaptado de Givón (1983, p. 17):

5 Vazios fonológicos são também chamados *pronomes ocultos*, *pronomes vazios*, *pronomes nulos* ou *anáfora zero*.

Quadro 1 – Escala de acessibilidade

Como se sabe, as línguas de sinais entraram na agenda de pesquisa linguística apenas há pouco mais de cinquenta anos. Apesar de já haver um corpo de conhecimento razoável sobre seu funcionamento, não é possível comparar quantitativamente o que sabemos sobre elas e o que sabemos sobre as línguas orais. No que diz respeito às questões de referência nominal, poucos são os trabalhos que tratam diretamente do assunto⁶. Não obstante, trata-se de um tópico de pesquisa particularmente interessante por dois motivos, um empírico, outro teórico. O motivo empírico é o de que não há evidências robustas da existência de marcas gramaticais de indefinidade e definitude nas línguas sinalizadas, que possam ser consideradas correlatas dos artigos ou de marcas de caso, nas línguas orais⁷. A existência de sinais que possam ser comparáveis às proformas pessoais das línguas orais também não nos parece tranquila⁸. E o que dizer de vazios fonológicos, cuja existência, mesmo nas línguas orais, já é polêmica⁹!

A primeira questão que se coloca então é: dada a aparente inexistência de artigos definidos e indefinidos, marcas de caso, marcas de concordância e proformas pessoais nas línguas sinalizadas, como é que os falantes assinalam linguisticamente a identificabilidade e os diferentes níveis de ativação de referentes do discurso?

6 Algumas referências são: Bahan et al. (1995), van Hoek (1996), Emmorey e Falgier (2004) e Pizzuto et al. (2009) para a língua de sinais americana (ASL); Meurant (2008) para a língua de sinais do sul da Bélgica; Kibrik e Prozorova (2007) para a língua de sinais russa; Sá et al. (2012) para a libras.

7 Alguns pesquisadores, como Bahan et al. (1995), sugerem que apontamentos usados antes de sinais lexicais, em ASL, podem funcionar como determinantes definidos, e que esses apontamentos funcionam de maneira diferente de apontamentos realizados depois de sinais lexicais. Entretanto, nossa análise não nos dá nenhuma evidência de que, em narrativas em libras, a definitude seja marcada como sugerem os autores.

8 Existe uma grande discussão na literatura a respeito de o que seriam proformas pessoais nas línguas de sinais. Para alguns (cf. LILLO-MARTIN, 1995, entre outros), gestos de apontamento dirigidos ao corpo do sinalizador seriam as proformas de 1ª pessoa, e aqueles dirigidos a *loci* no espaço de sinalização seriam as proformas de 2ª pessoa (caso o apontamento seja dirigido ao *locus* em que se encontra o interlocutor) ou as proformas de 3ª pessoa (caso o apontamento seja dirigido a outros *loci* no contexto de enunciação). Liddell (2003) mantém essa distinção entre proformas de 1ª pessoa, de um lado, e proformas de 2ª e 3ª pessoas, de outro, mas ressalta que eles são um híbrido de sinal linguístico e gesto de apontamento. A parte linguística das proformas estaria na forma do sinal, que é segmentável: a configuração de mão em 1, com a palma virada para dentro. A parte gestual estaria na direção do apontamento, que é analógica e gradiente. McCleary e Viotti (2011, p. 295) observam que esses gestos de apontamento das línguas de sinais são formal e funcionalmente iguais a qualquer gesto de apontamento feito como acompanhamento de fala, ou não. A posição que assumimos aqui, então, é a de que, nas línguas sinalizadas, o correlato do que são proformas pessoais nas línguas orais são gestos de apontamento.

9 Durante boa parte de sua existência, a linguística das línguas sinalizadas precisou enfrentar o grande desafio de provar para a comunidade acadêmica que as línguas de sinais eram, de fato, línguas naturais. A estratégia usada foi, naturalmente, a de buscar tudo o que havia de semelhante entre as línguas de sinais e as línguas orais, a partir das quais a linguística se constituiu como ciência. Mas, para isso, foi necessário deixar fora das análises a gestualidade e a pantomima massivamente presentes nos discursos sinalizados. Um exemplo dessa tendência pode ser visto no trabalho de Kibrik e Prozorova (2007). Ainda que ressaltando a multimodalidade dos discursos sinalizados, e enfatizando a importância dos elementos não verbais nesses discursos, os autores consideram gestos como pistas semânticas para a interpretação do que seriam anáforas zero nas línguas sinalizadas. Mas essa tendência de focalizar a atenção nas semelhanças entre as línguas de sinais e as línguas orais está se revertendo. Com o crescimento dos estudos que demonstram a importância dos gestos que acompanham a fala nos discursos das línguas orais, não se justifica continuar ignorando o fato de que a parceria entre gesto e língua também acontece nas línguas de sinais. O estudo que apresentamos aqui busca contribuir para essa empreitada de descrever e analisar aquilo que McCleary, Viotti e Leite (2010), McCleary e Viotti (2011) chamam *simbiose* entre língua e gesto nas línguas sinalizadas.

O motivo teórico é o de que todas as propostas de tratamento de referência nominal mencionadas acima, de maneira mais ou menos explícita, dão grande relevância a algo que tem sido chamado *distância referencial* para explicar a forma usada para a retomada de um referente depois de sua primeira menção. Ou seja, depois de introduzida no discurso – prototipicamente por um artigo indefinido, em uma língua como português –, a retomada da conceitualização de um referente vai poder ser feita por uma proforma ou por um vazio fonológico se ela ocorrer logo após sua introdução, quando a conceitualização ainda está bastante ativa. Se a distância temporal entre a primeira e a segunda menções for maior, será necessário usar um nominal definido. E se houver alguma interferência de outro referente entre a primeira e a segunda menções, possivelmente o uso de um nominal definido acompanhado de adjetivações será mais apropriado. É isso o que mostra o exemplo 6 a seguir:

6. *Uma mulher* estava tomando banho num rio e \emptyset ouviu um bebê chorando. *Ela* nadou até o lugar de onde vinha o choro e \emptyset se surpreendeu ao ver que o bebê estava numa cesta que boiava no rio. Ele tinha sido abandonado. *A mulher*, então, pegou-o para criar. O bebê cresceu e se tornou uma moça linda e tímida, que sempre ajudava *a mulher que a tinha criado* nos trabalhos do campo.

A noção de distância referencial está associada ao fato de o fluxo da fala das línguas orais se dar sequencialmente, em uma linha temporal. Mas nas línguas de sinais, a situação é outra. Apesar de os discursos sinalizados também evoluírem em uma linha temporal, eles se manifestam espacialmente, o que permite que os eventos a ser relatados e as personagens que deles participam se integrem conceitualmente a partes do espaço de sinalização, mantendo-se disponíveis para futura referência por algum tempo¹⁰. Nesse caso, a outra pergunta que devemos fazer é se é adequado tratar do processo de referenciação nominal em discursos sinalizados fazendo uso do instrumental técnico-teórico desenvolvido para a análise de línguas orais.

Para levantar as estratégias de introdução e retomada de referentes em libras, apresentamos aqui a análise de uma narrativa contada em libras por um surdo adulto fluente na língua, cujo título é *O amor é surdo*. Nosso colaborador assistiu a um filme da contação desse conto de fadas feita por uma outra surda adulta fluente, que é uma das autoras da história¹¹. Para fins de transcrição, o vídeo foi inserido no software ELAN (EUDICO Language Annotator), desenvolvido pelo Instituto Max Planck de Psicolinguística. A transcrição foi feita seguindo o modelo proposto em McCleary, Viotti e Leite (2010), ao qual foram agregadas algumas modificações para um registro mais detalhado dos dados de nosso interesse.

A análise tomou por base dois modelos teóricos que se inserem no âmbito da Linguística Cognitiva: um, a proposta de Liddell (2003) para a organização do discurso de línguas sinalizadas; outro, a proposta de van Hoek (1997) para tratamento da referência nominal nas línguas naturais. A escolha do modelo de Liddell deve-se ao fato de ele nos parecer ser uma das mais completas e elegantes análises do discurso em línguas sinalizadas feitas até hoje. Esse modelo será

¹⁰ Vamos explicitar a ideia de integração conceitual entre elementos da história a ser contada e o espaço de sinalização mais adiante.

¹¹ O conto de fadas utilizado para a eliciação da narrativa foi originalmente criado e contado pela colaboradora surda Sylvania Lia Grespan Neves, para fins do estudo dos pronomes e dos verbos indicadores em libras (MOREIRA, 2007).

brevemente apresentado no próximo item. E o modelo de van Hoek nos pareceu mais adequado para a análise da narrativa em libras por dois motivos: primeiramente, porque trata-se de uma proposta de abordagem de fenômenos de referência nominal que busca entender o fenômeno de maneira geral, não se atendo apenas à sentença, ou apenas ao discurso, como os modelos citados anteriormente; segundo, porque, sendo uma proposta de natureza conceitual, evita a centralidade da distância referencial, o que nos parece interessante para o tratamento de línguas sinalizadas. Esse modelo será apresentado no item seguinte ao daquele em que delineamos a proposta de Liddell.

Nos itens que se seguem aos da fundamentação teórica, vamos abordar alguns dos aspectos metodológicos que embasam o estudo e apresentar a análise da narrativa, revelando as formas de referência nominal que encontramos. Por fim, concluímos o trabalho, ressaltando, primeiramente, a importância da descrição e análise das línguas sinalizadas feita a partir da observação de dados reais das próprias línguas sob investigação, e não a partir da busca de correlatos, nas línguas sinalizadas, das categorias encontrados nas línguas orais. Resaltamos, também, a grande simbiose entre gesto e língua responsável pela organização do discurso, pela gramática e pela construção de significação nas línguas de sinais, que vem sendo apontada por vários trabalhos recentes da linguística das línguas sinalizadas.

A ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO EM LÍNGUAS SINALIZADAS

Em seu livro de 2003, que já pode ser considerado um clássico da linguística das línguas de sinais, Liddell sintetiza a detalhada pesquisa sobre a gramática e a organização do discurso da língua de sinais americana (ASL), que ele vinha desenvolvendo desde o final dos anos 1980¹². Tomando como uma de suas fundamentações teóricas o modelo de integração de espaços mentais proposto por Fauconnier e Turner (2002), e partindo de dados reais obtidos por meio de gravações de discursos de diferentes tipos, Liddell mostra que a gramática e o discurso da ASL dependem da associação entre, de um lado, elementos que podem ser considerados propriamente linguísticos (discretos, segmentáveis), e, de outro, elementos gestuais (analógicos, gradientes). Além disso, ele evidencia que um fator determinante da gramática e do discurso das línguas sinalizadas é o de que a localização e o movimento das mãos e do corpo no espaço de sinalização ganham significação no contexto de uso.

A parceria entre elementos linguísticos e gestuais, bem como o aproveitamento do espaço de enunciação para criar significação não são meras idiosincrasias da ASL – ou das línguas sinalizadas em geral – que não se verificam nas línguas orais. O que acontece é que o entendimento do que vem sendo considerado língua natural parece ser muito limitado, entre outras razões porque exclui desse entendimento vários fenômenos que emergem quando da língua em uso¹³. Nesse sentido, a proposta que Liddell faz de uso da integração de espaços mentais para a análise dos discursos da ASL não deve ser entendida como um modelo ex-

12 O desenvolvimento passo a passo dessa pesquisa pode ser acompanhado em Liddell (1990, 1994, 1995, 1996, 1998, 2000) e Liddell e Metzger (1998).

13 Desde os anos 1980, uma área de pesquisa interdisciplinar, hoje conhecida como *Estudos do Gesto*, vem ganhando força e chamando a atenção de linguistas. McNeill (1992), por exemplo, investigando os gestos que acompanham a fala, tem argumentado que língua e gesto são duas facetas pertencentes a um único sistema, com duas formas de expressão distintas: oral e visual.

clusivo para a investigação de línguas sinalizadas; ao contrário, se usada para o estudo de línguas orais em uso, deve vir a se mostrar bastante frutífera¹⁴.

A análise de Liddell parte da discussão de um espaço mental, chamado *espaço real*, que corresponde à conceitualização da situação em que nos encontramos, construída a partir de nossa experiência sensorio-perceptual imediata e associada a nosso conhecimento de mundo. Em um evento de fala, o espaço real é a conceitualização do espaço e do tempo de enunciação, e das pessoas e objetos que lá se encontram. Nesse caso, o espaço real é a conceitualização de um espaço intersubjetivo, em que os coparticipantes da interação procuram alinhar suas concepções da situação corrente e seus conhecimentos. Como existe uma quase total intersecção entre o espaço real e o espaço físico em que ocorre a interação, as localizações em que as entidades são conceitualizadas no espaço real correspondem, em grande medida, às localizações das entidades no espaço físico. Por isso, essas entidades podem ser referidas por meio de apontamentos direcionados a elas. Por exemplo, se alguém entra no gabinete em que estamos escrevendo este artigo e nos pergunta onde está sua caneta, podemos apontar para um determinado local do espaço ao nosso redor, que estará sendo simultaneamente conceitualizado por todos nós a partir do espaço físico em que se encontra a caneta.

Toda interação linguística envolve ainda um outro tipo de espaço mental, que é a conceitualização daquilo que queremos contar para nosso interlocutor. Esse espaço pode ser denominado *espaço do evento* (OAKLEY, 1998). A ele pertencem as personagens, os objetos, os eventos, o tempo e o cenário da história a ser contada. A integração conceitual do espaço real com o espaço do evento gera uma série de novos espaços conceituais que explicam vários fenômenos das línguas sinalizadas¹⁵. Dentre esses espaços integrados, dois vão ser usados na análise da narrativa apresentada neste artigo: o *espaço token* e o *espaço sub-rogado*. O espaço token resulta da integração conceitual entre uma localização do espaço de sinalização, que é parte do espaço real, e uma entidade da história¹⁶. Essa integração conceitual permite que gestos de apontamento sejam direcionados à conceitualização de entidades que pertencem ao espaço do evento e que não estão fisicamente presentes no espaço real. O que está conceitualmente presente são os tokens resultantes da integração. Nesse tipo de integração, o corpo do sinalizador não é parte do espaço mental resultante. Assim, em uma narrativa em que o sinalizador esteja comparando duas modalidades de esporte – futebol e voleibol, por exemplo – ele pode sinalizar FUTEBOL à sua direita e VOLEIBOL à sua esquerda. Prototipicamente, esses dois sinais são realizados à frente do corpo do sinalizador, mas ao localizar os sinais à sua direita e à sua esquerda, o sinalizador cria uma integração conceitual entre essas modalidades esportivas e os dois espaços ao lado de seu corpo: ele cria dois tokens, um para *futebol* e outro para *voleibol*. A partir daí, quando ele for mencionar *futebol* novamente, ele poderá fazer um gesto de apontamento para sua direita. Ao apontar para a esquerda, ele

14 A teoria de integração de espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002) já tem sido usada com grande sucesso para a análise de diversos fenômenos gramaticais e discursivos de línguas orais (cf., entre outros, BRANDT, 2000; COULSON, 2001; AZEVEDO, 2006; OAKLEY, 2009). Mas, até onde é de nosso conhecimento, os tipos de espaços integrados que Liddell observou nos discursos da ASL ainda não foram cuidadosamente levantados a partir de discursos de línguas orais. O único trabalho de que tivemos notícia, que busca aplicar os espaços integrados propostos por Liddell para as línguas orais, foi o de MacGregor (2004) (agradecemos a Leland McCleary pela referência). De uma maneira ou de outra, os próprios proponentes da teoria de integração de espaços mentais reconhecem a relevância do trabalho de Liddell como evidência empírica de que nós pensamos por meio de espaços mentais integrados (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 212-214).

15 Esses espaços mentais permitem uma análise das línguas sinalizadas que prescinde de categorias propostas para a descrição das línguas orais, para as quais não se encontram evidências convincentes nas línguas de sinais. Dentre elas estão a noção de *concordância* entre verbo e argumento e a noção de *classificadores*. A própria noção de *pronomes* pode ser abandonada, como discutido na nota de rodapé 3; e as noções de *sujeito* e *objeto* de verbos também ganham características especiais (SLOBIN, 2006).

16 Espaço de sinalização é a parte do espaço real que se situa à frente do corpo do sinalizador.

estará se referindo a *voleibol*. É exatamente isso o que mostra o exemplo a seguir¹⁷. Nele, o sinalizador está falando de dois grupos distintos de alunos de graduação. Para fazer referência a eles, o sinalizador realiza o sinal GRUPO em duas diferentes localizações do espaço de sinalização, uma à frente de seu corpo (primeira foto da segunda linha da sequência, indicada pela seta azul), e outra do lado direito (segunda foto da segunda linha da sequência, indicada pela seta vermelha). Nesse momento, cada uma das localizações passa a corresponder a um dos grupos e o sinalizador pode realizar gestos de apontamento, acrescentando informações sobre cada um deles. Como pode ser visto na figura, apontando para o token do lado direito, o sinalizador explica que aquele |grupo| é voltado para o bacharelado; e, depois, apontando para o token à frente de seu tronco, o sinalizador explica que aquele outro |grupo| é voltado para a licenciatura¹⁸.

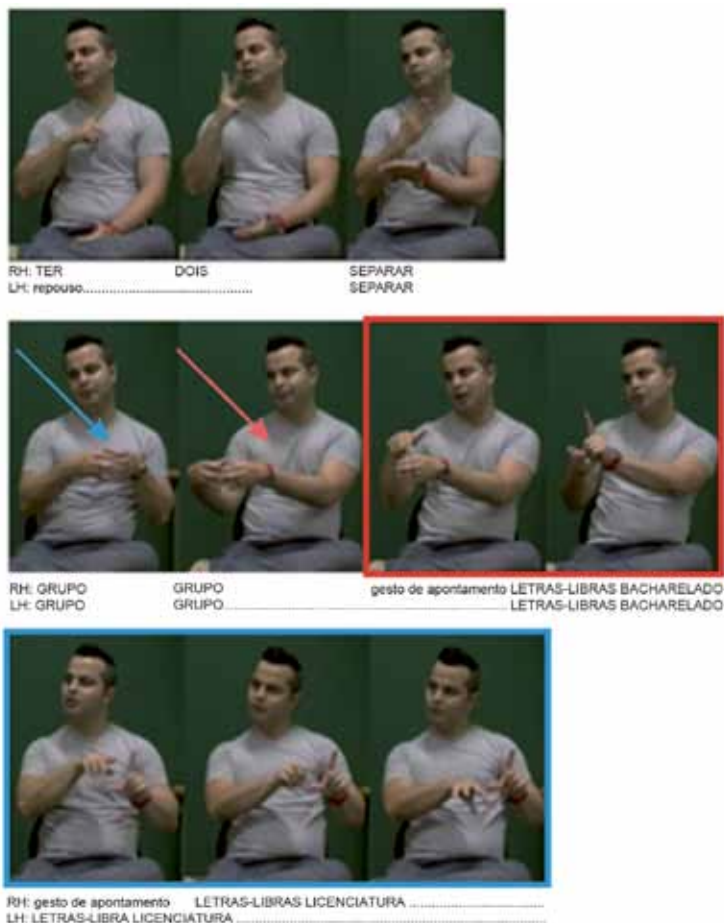


Figura 1 – Token

¹⁷ No exemplo, na primeira linha (RH) é registrado o que está sendo feito com a mão direita e, na segunda (LH), o que está sendo feito com a mão esquerda. Os pontos indicam a continuidade do que está sendo feito com a mão na imagem seguinte. Na seção de análise, a divisão entre mão direita e mão esquerda será feita apenas quando ela tiver relevância para a análise realizada.

¹⁸ As barras são as marcas que Liddell sugere para caracterizar as entidades integradas (tanto tokens quanto sub-rogadas).

O espaço sub-rogado resulta da integração conceitual de partes do corpo do sinalizador – que pertencem ao espaço real – com entidades pertencentes ao espaço do evento¹⁹. Por meio desse espaço mental, o |narrador| pode fazer referência às personagens da história e representar suas ações e atitudes valendo-se de diferentes posturas corporais, expressões faciais, movimentos do tronco, da cabeça etc. Os elementos desse espaço sub-rogado podem ser visíveis (quando manifestados pelo corpo do sinalizador), ou invisíveis (quando conceitualizados a partir do direcionamento de sinais ou do olhar do sinalizador). A criação de um sub-rogado pode ser vista na figura a seguir, retirada da narrativa analisada neste artigo, em que o corpo do sinalizador, que já é um sub-rogado de |narrador|, é integrado a uma personagem da história: o bebê. Para tanto, o sinalizador inclina seu tronco e sua cabeça para trás, movimentando seu tronco para os lados e, com os braços dobrados, move suas mãos alternadamente para frente e para trás. A expressão facial do sinalizador/ |narrador| também é modificada: seus lábios estão abertos e os olhos fechados, imitando um bebê chorando.



[bebê chorando]

Figura 2 – Sub-rogado

Esse espaço mental sub-rogado explica, de maneira elegante, um fenômeno comum nos discursos das línguas sinalizadas, conhecido na literatura como *ação construída*²⁰. A ação construída é a demonstração, por meio de movimentos e posturas corporais e faciais, das ações de uma personagem como percebidas e conceitualizadas por um narrador²¹. Apesar de ações construídas serem comuns e notáveis nas línguas sinalizadas, elas acontecem também com frequência em discursos de língua oral. Imaginemos uma situação em que alguém está contando uma história e diz o seguinte:

19 Na verdade, McCleary e Viotti (2010) apontam que a primeira integração conceitual em uma narrativa se dá entre o espaço real e um tipo de espaço mental denominado *frame de narração*. Este último é composto de noções esquemáticas, entre elas os papéis de narrador e narratário. Nesse tipo de integração, em narrativas sinalizadas, o corpo do sinalizador se transforma em |narrador|, formando um primeiro espaço sub-rogado denominado *espaço do narrador*. Os autores apontam que podem ser observadas mudanças na postura do corpo e expressão facial no momento em que o sinalizador assume o papel de narrador. A postura do tronco assumida quando do início da narração pode ser denominada *default* e mudanças nela podem indicar a criação de novos espaços integrados (McCLEARY; VIOTTI, 2010, p. 191).

20 Esse fenômeno também é chamado *troca referencial* ("referential shift") ou *troca de papéis* ("role shifting").

21 O termo *ação construída* foi cunhado a partir da ideia de que o que se chama tradicionalmente *discurso direto* é, na verdade, um *diálogo construído*, na medida em que não se trata de cópia direta da fala de uma personagem, mas, sim, dessa fala como conceitualmente construída pelo narrador (cf. TANNEN, 1989). McCleary e Viotti (2010), analisando narrativas em línguas sinalizadas, apontam a existência, também, de *pensamentos construídos*, que correspondem aos pensamentos, sonhos, sensações de uma personagem como conceitualmente construídos pelo narrador.

7. O menino entrou na sala escura pé-ante-pé para não fazer barulho, caminhando agachado para não ser visto pela janela.

Imaginemos agora que, ao produzir esse enunciado, o |narrador| curve seu tronco para frente como quando alguém se abaixa, mova levemente seu tronco para frente como quando alguém caminha lentamente, e faça uma expressão facial sorrateira, como a de quem está fazendo algo escondido. Com seu corpo, o |narrador| está gestual e mimeticamente demonstrando as ações da personagem do menino. Esse é um exemplo de ação construída, em que o |narrador| age como um sub-rogado do |menino|.

Como deve vir a ficar claro na seção de análise, nas línguas de sinais as integrações token e sub-rogadas parecem ter um peso maior do que em discursos de línguas orais: elas são centrais para a construção da significação e para a organização do discurso. Demonstrando parcialmente os eventos descritos e contribuindo para a estruturação do espaço de sinalização, essas integrações preparam o terreno para o estabelecimento de relações gramaticais e discursivas, como correferência, mudanças de foco de atenção, relações causais e temporais, coesão e coerência discursivas, vozes e pontos de vista narrativos.

PONTOS DE REFERÊNCIA E DOMÍNIOS

Todo discurso se caracteriza como uma sequência de unidades que abrangem o conteúdo conceitual que está no foco de atenção dos coparticipantes em um determinado ponto da interação. À medida que o discurso se desenvolve, a atenção flui de uma dessas unidades para outra como se fosse um feixe de luz em movimento: os conteúdos conceituais iluminados pela atenção são ativados; aqueles que estavam iluminados mas deixaram de o ser ficam na penumbra, tornando-se acessíveis; aqueles que há tempos não recebem o feixe de luz se tornam completamente inativos (CHAFE, 1994; LAMBRECHT, 1994; LANGACKER, 2001). As grandes questões de pesquisa sobre referência nominal são, então, estabelecer 1. a extensão dos contextos em que um determinado referente se mantém ativo, quando ele passa a acessível, e quando se torna inativo; e 2. qual é a forma de codificação apropriada para ele, em cada uma dessas situações, dentro de um dado domínio.

O modelo proposto por Liddell para a organização dos discursos sinalizados nos dá o quadro geral em que se insere o processo de referenciação nominal dessas línguas. Para além do uso de sinais lexicais, a localização não prototípica de sinais no espaço de sinalização com a consequente criação de tokens, e a postura, expressão e movimentação do corpo de entidades do espaço sub-rogado são estratégias fundamentais para a introdução e retomada de referentes no discurso. Entretanto, é preciso verificar que formas são possíveis e preferíveis para a codificação da introdução de referentes, e quais são possíveis e preferíveis para a codificação das demais menções dos referentes já introduzidos, e especificamente em que contextos do discurso elas aparecem.

Para discutir os processos de referenciação nominal na libras, nossa análise vai se pautar por uma proposta teórica que assume que as várias formas alternativas para realizar a referência nominal estão associadas a diferentes possibilidades de *visualização*, tanto perceptual, quanto conceitual (cf. LANGACKER, 1985, 1987, 2000, entre outros)²². Como evidência de que a escolha de uma determina-

da proforma nominal depende de seu antecedente ser conceitualizado como o visualizador, Langacker (2000, p. 234) discute o seguinte par de exemplos²³:

8. Funny stories about [himself]_i won't restore [Tom]_i to good humor.
9. *Funny stories about [himself]_i won't restore [Tom]_i to life.

Sintaticamente, as duas sentenças são idênticas. Portanto, a possibilidade de uso da proforma anafórica/reflexiva *himself* no exemplo 8, *versus* sua impossibilidade, em 9, não pode ser explicada pela estrutura das sentenças. Para Langacker (2000), a diferença está no fato de que, em 8, *Tom* é conceitualizado como estando vivo. Ele pode, portanto, ser o visualizador das *histórias engraçadas sobre si mesmo*. Diferentemente, em 9, *Tom* é conceitualizado como estando morto; conseqüentemente, não pode atuar como visualizador.

Outro exemplo discutido por van Hoek (1997, p. 176) é o seguinte:²⁴

10. I can understand [a father]_i wanting his daughter to be like [himself]_i but I can't understand [that ugly brute]_k wanting his daughter to be like [him]_k.

Em 10 – um período composto por coordenação – as duas sentenças coordenadas têm exatamente a mesma estrutura, mas, na primeira, a proforma usada para retomar o referente antecedente é *himself*, enquanto, na segunda sentença, é *him*. Como sintaticamente as duas sentenças coordenadas são idênticas, a explicação para essa diferença de formas não pode estar relacionada à estrutura. A assimetria é de natureza conceitual: a proforma anafórica/reflexiva *himself* reflete a concepção de que o pai é visto a partir de seu próprio ponto de vista, enquanto a proforma pronominal *him* reflete uma concepção feita a partir do ponto de vista dos coparticipantes da interação em que se produziu esse enunciado.

Tomando por base dados como os acima exemplificados, van Hoek (1997) parte da noção de visualização para propor um modelo de investigação da referência nominal calcada em uma organização de pontos de referência. De um ponto de vista cognitivo, pontos de referência podem ser descritos como a habilidade de invocar a concepção de uma determinada entidade para fins de estabelecimento de um contato mental com outra entidade (LANGACKER, 2000, p. 173). Tomemos um exemplo como o seguinte:

11. Sabe aquele cara que trabalha na biblioteca? A mulher com quem ele mora teve um bebê.

Em um enunciado como esse, o nominal *aquele cara que trabalha na biblioteca* é tomado como um ponto de referência a partir do qual é possível conceitualizar o referente do nominal *a mulher com quem ele mora*²⁵. A ideia, então, é a de que, em um discurso, todo nominal é potencialmente um ponto de referência

²³ Os exemplos foram retirados de Cantrall (1974).

²⁴ O exemplo também é atribuído a Cantrall (1974).

²⁵ O paralelo com a ideia de visualização é o seguinte: o conceitualizador primeiramente dirige sua atenção para uma entidade, para, através (ou a partir) dela, voltar sua atenção para outra entidade (LANGACKER, 2000, p. 234). Mas a noção de visualização é mais ampla que a noção de ponto de referência, especialmente porque ela inclui o ponto de vista dos coparticipantes do ato enunciativo no processo de referenciação nominal. Um exemplo disso foi visto na discussão do exemplo 10. Neste artigo, vamos nos restringir à discussão dos pontos de referência e domínios referenciais, deixando a inclusão do ponto de vista de fora.

para ser usado na conceitualização de outros elementos nominais que se encontram em seu domínio. O domínio de um ponto de referência consiste nos elementos que são conceitualizados em relação a, e por associação com, o ponto de referência (VAN HOEK, 1995, p. 313).

São três os fatores que motivam a seleção de um nominal como ponto de referência e que determinam a extensão de seu domínio: 1. sua proeminência conceitual; 2. sua conectividade conceitual; e 3. a ordem linear de palavras. Dentre eles, o primeiro e o segundo são mais representativos; a ordem linear de palavras desempenha um papel secundário, sobretudo quando a diferença de proeminência e a conectividade conceitual são maiores.

A noção de proeminência conceitual está relacionada à organização perceptual-cognitiva *figura/fundo*, que diz respeito à organização das entidades dentro de uma determinada cena. Em um enunciado como 12, a entidade codificada pelo nominal *o cachorro* é conceitualizada como mais proeminente do que a entidade codificada pelo nominal *o gato*. Sendo mais proeminente, o referente do nominal *o cachorro* é tomado como o ponto de referência, em cujo domínio o referente do nominal *o gato* é conceitualizado.

12. O cachorro correu atrás do gato.

Em uma sentença como 13, o *construal* é outro: a proeminência, agora, é do referente do nominal *o gato*, e é em seu domínio que o referente do nominal *o cachorro* é conceitualizado.

13. O gato fugiu do cachorro.

Vejamos, agora, o que acontece com os enunciados entre 14 e 16:

14. Eu discuti com [o Pedro]_i sobre a irmã d[ele]_i.

15. *Eu discuti com [o Pedro]_i sobre a irmã d[o Pedro]_i.

16. *Eu discuti com [ele]_i sobre a irmã d[o Pedro]_i.

Em um enunciado como 14, o nominal *o Pedro* funciona como ponto de referência em relação ao nominal *a irmã dele*. Desse modo, o nominal *a irmã dele* está inserido dentro do domínio desse ponto de referência. A correferência entre *o Pedro* e *dele* é aceitável justamente porque uma proforma, que indica alta acessibilidade, está inserida no domínio referencial de um nominal pleno. No entanto, o enunciado 15 é anômalo, porque, dentro do domínio de um nominal pleno (*o Pedro*), o mesmo referente deve ser retomado com uma forma de mais alta acessibilidade, e não com um nominal pleno, que reflete baixa acessibilidade. Em 16, a correferência é inaceitável, porque a proforma *ele* codifica o segundo referente de maior proeminência no enunciado. Sendo assim, a proforma deve funcionar como ponto de referência em relação ao referente do nominal *a irmã do Pedro*, que tem uma proeminência menor. Como o ponto de referência é codificado por uma proforma (uma forma de alta acessibilidade), o uso de um nominal pleno dentro de seu domínio é anômalo, já que nominais plenos indicam baixa acessibilidade do referente, e o que seria esperado seria uma forma de tão alta acessibilidade quanto à do ponto de referência.

Em enunciados maiores, a proeminência também é o que está por trás da seleção de pontos de referência. Tomemos um enunciado como o seguinte:

17. As provas finais vão ser na semana que vem. A sala vai ser outra, e eu acho que nós vamos precisar de 3 horas.

O referente do nominal *as provas finais* é o mais proeminente de todo o enunciado. A conceitualização de tudo o que é dito a seguir é construída dentro de seu domínio. É por isso que podemos entender que o referente do nominal *a sala* é a sala em que as provas vão se realizar, e que serão necessárias 3 horas para a realização das provas.

A hierarquia de proeminência dentro de um enunciado estabelece um caminho conceitual que conduz à referenciação de um nominal a outro. O efeito da organização de pontos de referência e domínios é o de que os participantes da interação conceitualizam cada nominal dentro do domínio definido pelo ponto de referência e estabelecem os contextos relevantes em que um ou outro tipo de nominal pode aparecer. De modo geral, atrelando a estrutura semântica dos nominais e o grau de acessibilidade correspondente a cada um deles à assimetria de proeminência nas construções, as possibilidades de correferência entre nomes e proformas podem ser descritas como: 1. um nominal pleno não pode aparecer no domínio de um ponto de referência a que ele corresponde²⁶; 2. o antecedente de uma proforma deve estar proeminente dentro do contexto em que a proforma aparece, de modo que possa ser plausivelmente construído como ponto de referência em cujo domínio a proforma está²⁷.

O fator que determina a extensão do domínio de um ponto de referência é a conectividade conceitual, definida por van Hoek como a conexão que existe entre, de um lado, a conceitualização de uma entidade que funciona como ponto de referência e, de outro, 1. as menções a ela que se seguem a sua introdução no discurso; e 2. conceitualizações de outras entidades no discurso. É esse fator que determina a possibilidade de um referente “escapar” do domínio do ponto de referência que lhe é correferente, vindo a poder ser codificado como um nominal pleno (VAN VLIET, 2009). Da mesma maneira que a proeminência, a conectividade é refletida em um contínuo, que vai da conectividade mais forte à conectividade mais fraca. Estão conectados mais fortemente os nominais que elaboram relações de interconexão explícitas, como aquelas exibidas pelos argumentos de um verbo, uma preposição ou um adjetivo. Em 18, por exemplo, os nominais presentes no enunciado elaboram a relação codificada pelo verbo *entregar* e, por isso, o grau de conectividade entre eles é alto. Isso faz que a proforma anafórica/reflexiva *se*, de alta acessibilidade, possa retomar o referente do nominal pleno *a Ana*, e o nominal *os alunos* possa ter, como interpretação *default*, aquela em que os alunos são conceitualizados como sendo alunos da Ana.

18. *A Ana se entrega inteiramente aos alunos.*

Menos fortemente conectados são os nominais que ocorrem dentro de uma unidade linguística maior como um *parágrafo conceitual* (VAN HOEK, 1997),

26 Cf. exemplos 4 e 15. No exemplo 3, o nominal pleno que funciona como ponto de referência é o *irmão do Pedro*. A presença de outro nominal pleno – o *Pedro* – em seu domínio não causa anomalia porque um não corresponde exatamente ao outro.

27 Cf. exemplo 1 e 14.

como aquele exemplificado em 6 anteriormente²⁸. Um parágrafo conceitual é um conjunto de orações que expressam proposições, caracterizadas pela continuidade de tema, ação e participante²⁹. Em narrativas – que é o objeto de estudo deste trabalho – parágrafos conceituais correspondem a *episódios*, cujos limites coincidem com alguma alteração de personagens, ação, cenário e/ou tempo. No exemplo 6, temos, então, um pequeno episódio cujo tema é a descoberta, por uma mulher que se banhava no rio, de um bebê que tinha sido abandonado, o que a leva a criar o bebê como seu. As personagens se mantêm as mesmas durante o mesmo episódio, e, embora haja diferentes ações, elas são todas interligadas construindo uma mesma trama.

Cada mudança – seja de tema, seja de ações, seja de participantes – pode levar a uma disjunção conceitual. Essas disjunções, que podem consistir em uma mudança de episódio ou em uma mudança de cena dentro de um mesmo episódio, são geralmente indicadas por marcas formais (prosódicas, no caso de línguas orais em uso), e podem levar ao fechamento de um domínio de referência previamente estabelecido. Nesses casos, referentes discursivos que foram anteriormente codificados por proformas, por exemplo, podem vir a ser reintroduzidos por meio de nominais plenos. Van Hoek (1997) salienta, entretanto, que o uso de nominais plenos é uma tendência, e não uma regra rígida, e está ligada à diferença semântica entre os dois tipos de nominais: enquanto proformas codificam uma concepção como continuação de um domínio referencial, nominais plenos estão relacionados com o começo de um novo domínio.

Por fim, o último fator que está ligado à seleção de pontos de referência é a ordem linear de palavras. A ordem linear tem efeitos menos fortes do que a proeminência e a conectividade conceituais. Segundo van Hoek (1997), quando dois referentes são equivalentes em termos de proeminência e conectividade, um deles será mais provavelmente tomado como ponto de referência em relação ao outro se já tiver sido anteriormente introduzido na consciência dos conceitualizadores. O papel da ordem linear está, então, ligado à concepção de ponto de referência como algo que é identificável e que está disponível para os conceitualizadores antes que eles tenham contato com outros elementos em seu domínio.

Os efeitos da ordem linear funcionam em proporção inversa à força da conectividade entre nominais. Isso significa que quando os nominais estão fortemente interconectados, como no caso dos argumentos de um verbo, por exemplo, ou em relações de dependência entre orações, a ordem linear tem pouco efeito. Isso é o que pode ser visto na comparação entre os enunciados a seguir³⁰:

19. Se [o Pedro]_i tiver juízo, [ele]_i não sai neste temporal.

20. Se [ele]_i tiver juízo, [o Pedro]_i não sai neste temporal.

No caso de 19, o referente codificado pelo nominal *o Pedro* é considerado o ponto de referência por causa da ordem linear, embora pertença à oração subordinada; em 20, ele é o ponto de referência por causa da assimetria entre oração

28 O parágrafo conceitual de van Hoek corresponde ao parágrafo temático de Givón (1983).

29 Existe uma forte interligação entre esses três aspectos, embora a ocorrência de uma mudança em um não implique necessariamente em uma mudança em outro. Em geral, a continuidade temática é acompanhada pela continuidade dos participantes e da ação. Mas é possível que participantes e ação mudem, mas que a unidade temática se mantenha. Givón (1983) sugere que há uma implicação de hierarquia entre eles: TEMA > AÇÃO > PARTICIPANTES.

30 Exemplos adaptados de Langacker (2000, p. 241).

principal e subordinada: como ele pertence à oração principal, ele é o ponto de referência, sendo a ordem linear irrelevante.

Em suma, todo nominal é um candidato a ser um ponto de referência, a partir do qual outros nominais vão ser conceitualizados, quando presentes no domínio criado por ele. Dentre os nominais presentes em um determinado contexto, são os candidatos mais fortes aqueles que têm maior proeminência conceitual. Os domínios desses pontos de referência vão ser estabelecidos de acordo com a conectividade semântica que existe entre eles e os demais referentes do discurso. No nível da sentença, a conectividade forte é a que liga todos os argumentos de um verbo, por exemplo. No nível do discurso, a conectividade que liga os diversos nominais está associada à continuidade do tema, da ação, dos participantes da ação, do tempo e do lugar em que ela acontece.

Na seção de análise vamos ver como o modelo de pontos de referência e a proposta de integração conceitual nos ajudam a jogar luz sobre um discurso sinalizado em libras, tornando claras algumas das estratégias de referenciação dessa língua. Antes disso, porém, vamos esclarecer alguns aspectos metodológicos usados no tratamento dos dados que vamos analisar.

METODOLOGIA

A narrativa intitulada *O amor é surdo* é um conto de fadas que envolve várias personagens de diferentes níveis de proeminência e de persistência ao longo da história. Algumas personagens aparecem uma vez apenas, outras são retomadas em vários pontos da narrativa; algumas desempenham muitas ações, outras fazem uma ou outra ação apenas.

A história tem início com o nascimento de um bebê que, por ser surdo, é abandonado por sua mãe em um rio. Outra mulher, que vivia no campo, o encontra e resolve cuidar dele. O bebê cresce e se torna uma linda camponesa, que passa a ajudar a mãe adotiva no trabalho do campo, colhendo os produtos do plantio e levando-os à feira para vender. Um dia, um príncipe, passando em sua carruagem, vê a moça, que tropeça e deixa todos os produtos do cesto caírem no chão. O príncipe corre para ajudá-la e, ao ver seu lindo rosto, se apaixonou, mas não consegue se comunicar com ela porque ela é surda e, além disso, muito tímida. Ele resolve, então, perguntar a um feirante sobre a moça e fica sabendo algumas coisas sobre ela. O príncipe volta ao castelo e conta à rainha que se apaixonou pela camponesa, mas a mãe não aceita que o filho se case com uma surda. Uma empregada, ouvindo toda a conversa entre o príncipe e a rainha, fala com o príncipe sobre uma fada que vive nas montanhas e que pode ajudá-lo. O príncipe vai até o castelo da fada e pede que ela torne surdas todas as pessoas do reino. A fada aceita o pedido mediante uma condição: que o príncipe liberte o seu marido, que está preso no castelo de uma terrível bruxa. O príncipe vai ao castelo da bruxa, conversa com ela e a convence a libertar seu prisioneiro. Ele leva, então, o marido da fada de volta e, em troca, a fada faz o encanto: todos do reino viram surdos. O príncipe reencontra a camponesa e, agora que ele é surdo também, eles conseguem se comunicar. Ele a convida para ir ao seu castelo para conhecer a rainha, que finalmente aceita o casamento entre os dois. Eles resolvem dar uma grande festa. Em outro castelo, uma mulher recebe o convite e, vendo que o casamento é de uma surda, desconfia que pode ser a filha que ela tinha abandonado anos atrás. Ela vai à festa e, de fato, reencontra a filha. As duas conversam, a mãe se desculpa e tudo acaba bem.

Para a gravação da narrativa, nosso colaborador surdo foi convidado a assistir ao conto de fadas original, sinalizado pela surda que havia criado a história e, em seguida, contá-lo a um colaborador fluente em libras. Para a filmagem, foram utilizadas duas câmeras: uma para a captação de todo o espaço de sinalização, posicionada ao lado da pessoa para quem foi contada a história; outra, para a captação do rosto do sinalizador. Com base em experiências anteriores de gravação e transcrição, a opção pelo uso de uma segunda câmera teve o objetivo de facilitar a observação de marcas faciais, como movimentos sutis de sobrancelhas, pálpebras, boca e direção do olhar. A narrativa foi filmada em fita e, posteriormente, convertida para o formato .avi, utilizado para a transcrição.

A transcrição da narrativa foi feita seguindo, basicamente, o modelo proposto em McCleary, Viotti e Leite (2010). A ideia, nesse modelo de transcrição, é a de que todos os detalhes de sinalização sejam registrados, tanto manuais (sinais e gestos produzidos com as mãos) como não manuais (movimentos do tronco, da cabeça, das sobrancelhas, das pálpebras etc.). O registro desses dados foi realizado com o uso do software ELAN, que permite que as informações sejam anotadas em diferentes *trilhas de transcrição*, como pode ser visto na figura abaixo:



Figura 3 – Tela de transcrição do ELAN

Para o estudo aqui apresentado, foi acrescentada uma nova trilha, em que é registrada a divisão temporal da narrativa em episódios³¹. Foi adotado também um novo modo de registro das mãos, seguindo os critérios de segmentação assumidos pelo grupo de pesquisa do qual fazemos parte³². O registro de cada uma das mãos passou a ser realizado em trilhas separadas. A partir dos critérios de segmentação propostos por Kita, Van Gijn e Van Nijmegen Hulst (1997), foram criadas duas trilhas (uma para a mão direita e uma para a mão esquerda) em que são registradas as *unidades gestuais*. Uma unidade gestual é definida como

³¹ A divisão da narrativa em episódios será mais bem explorada na próxima seção.

³² A orientação para o registro desse novo modo de anotação das mãos tem nos sido dada por Leland McCleary.

o intervalo entre o momento em que a mão deixa o repouso (ilustrado na primeira sequência de imagens abaixo) e o momento em que volta a essa posição (ilustrado na segunda sequência de imagens abaixo). A relevância dessa segmentação será mais bem esclarecida na próxima seção.



Figura 4 – Trilhas de unidades gestuais

Para a segmentação mais precisa do que é produzido por cada uma das mãos, foram criadas duas trilhas em que são registradas as *fases gestuais* que correspondem à fase de preparação, à fase expressiva e à fase de retração das mãos. A fase expressiva pode ser um golpe, no caso de sinais que envolvem movimento, ou uma *suspensão independente*, no caso de sinais que não envolvem movimento. Foram criadas também trilhas de *tipo de gesto* e de *descrição do gesto* para cada uma das mãos. Na primeira, é registrado se o que está sendo realizado é um *sinal*, uma *ação construída*, um *dêitico* etc.³³. Na segunda, é anotada a descrição daquilo que está sendo realizado pela mão. No caso de sinais, na trilha de descrição é registrada a glosa do sinal. Um exemplo pode ser visto na Figura 5, em que é realizado o sinal MULHER. Nas imagens, são ilustradas a fase de preparação (primeira sequência de imagens) e a fase expressiva, que corresponde a um golpe (segunda sequência de imagens).

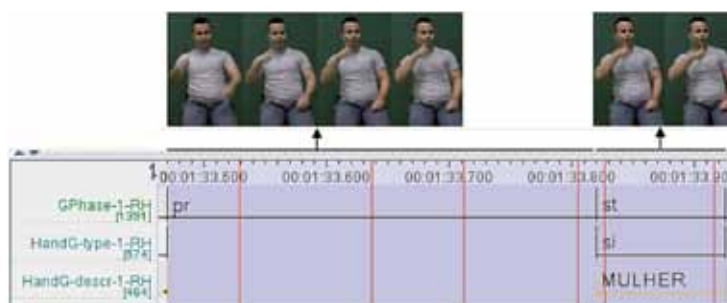


Figura 5 – Registro de sinal manual

No caso de ações construídas, é registrada uma descrição daquilo que está sendo realizado com as mãos e braços e, em seguida, é anotado um “nome” para a pantomima entre colchetes, como pode ser visto na Figura 6. Em casos em que a mesma pantomima é utilizada para fazer referência à personagem, apenas o “nome” é registrado novamente.

33 O repertório de opções de anotação incluem os tipos de gesto básico propostos por McNeill (1992) e outros tipos fundamentais para a transcrição de discursos sinalizados.



Figura 6 – Registro de ação construída

Em trabalhos de análise de língua em uso, a metodologia de coleta e registro dos dados tem sempre grande importância. No caso de estudos sobre línguas sinalizadas, sua importância se torna ainda maior, porque ainda sabemos pouco do efeito que a modalidade gesto-visual de uma língua pode ter sobre sua gramática e sobre sua organização discursiva. Na próxima seção, deve ficar claro que tudo o que pudemos observar deve-se, em grande medida, à metodologia adotada para a obtenção e a transcrição dos dados.

ANÁLISE

São onze as personagens que participam do enredo do conto de fadas *O amor é surdo*: o bebê que se torna a camponesa; sua mãe biológica; sua mãe adotiva; o príncipe; o condutor da carruagem; o feirante; a rainha-mãe; a empregada; a fada; o marido da fada; e a bruxa. Cada uma delas é potencialmente candidata a ser um ponto de referência e abrir um domínio conceitual, em que a inserção de outros referentes terá que ser feita tomando como base esse ponto de referência. Algumas personagens são mais proeminentes do que outras, quer globalmente (ou seja, na narrativa como um todo), quer localmente (ou seja, dentro de um trecho específico da narrativa). Cada uma delas apresentará diferentes níveis de persistência ao longo da história: algumas aparecem uma ou duas vezes; outras são retomadas ao longo de toda a narrativa.

Tomando por base a noção de conectividade semântica – que se estabelece a partir de fatores como continuidade do tema, da ação e de seus participantes – dividimos a narrativa em treze episódios. A transição de um episódio para outro ocorre: 1. sempre que há mudança de um conjunto de ações conectadas entre si para outro; 2. em geral, quando há mudança de cenário; e 3. sempre que há mudança de personagens – quer quando uma personagem deixa de ser a mais proeminente globalmente, e outra passa a sê-lo; quer quando uma personagem mais proeminente globalmente deixa de interagir com uma personagem menos proeminente e passa a interagir com outra. O Quadro 2 apresenta os fatores que serviram de base para nossa proposta de divisão da narrativa em episódios: as personagens participantes do episódio; as ações realizadas; e o cenário em que elas acontecem:

Quadro 2 – Divisão em episódios

Ep.	Ação	Personagens	Cenário
1	um bebê nasce e sua mãe biológica o abandona	mãe biológica; bebê	reino da mãe biológica
2	uma mulher encontra o bebê; o bebê se torna a camponesa; a camponesa vai à feira	mãe adotiva; camponesa	campo
3	um príncipe vê a camponesa, e se apaixona por ela; ele tenta se comunicar com ela, mas ela é surda	príncipe; camponesa; condutor da carruagem	caminho para a feira; feira
4	o príncipe fala com o feirante sobre a moça	príncipe; feirante	feira
5	o príncipe diz para a rainha-mãe que quer se casar com a camponesa, mas a rainha não aceita, porque a camponesa é surda	príncipe; rainha	castelo do príncipe
6	uma empregada do castelo diz ao príncipe que existe uma fada que pode ajudá-lo	príncipe; empregada	castelo do príncipe
7	o príncipe pede à fada que todos se tornem surdos; a fada pede que o príncipe liberte seu marido, preso pela bruxa	príncipe; fada	castelo da fada
8	o príncipe conversa com a bruxa, que aceita seu pedido e liberta o marido da fada	príncipe; bruxa; marido da fada	castelo da bruxa
9	o príncipe leva o marido da fada até ela; em troca, a fada cumpre sua promessa	príncipe; fada; marido da fada	castelo da fada
10	o príncipe reencontra a camponesa e a convida para ir ao castelo conhecer sua mãe	príncipe; camponesa	feira
11	como agora a rainha é surda, ela aceita o casamento; haverá uma grande festa	príncipe; camponesa; rainha	castelo do príncipe
12	uma mulher, em outro reino, recebe o convite; ao ver que se trata do casamento de uma surda, ela se lembra da filha que abandonou ainda bebê; ela decide ir à festa	mãe biológica	reino da mãe biológica
13	a mãe biológica reencontra sua filha; ela explica por que teve que abandoná-la, pede desculpas, e tudo acaba bem	mãe biológica; camponesa	castelo do príncipe

A segunda divisão feita na narrativa teve por base a alta proeminência de certas personagens, o que, de acordo com a proposta de van Hoek, faz delas pontos de referência principais. Esses pontos de referência criam domínios que tendem a permanecer ativos por longos trechos da narrativa, criando grandes

blocos conceituais, que aqui denominamos *macrodomínios*. Os macrodomínios podem ser constituídos de apenas um episódio, ou de mais de um episódio.

Na narrativa *O amor é surdo* existem quatro macrodomínios. O primeiro constitui-se apenas do episódio 1, em que a personagem que funciona como ponto de referência principal é a mãe biológica da camponesa. O segundo macrodomínio coincide com o episódio 2, em que a personagem que funciona como ponto de referência principal é a mãe adotiva. O terceiro macrodomínio engloba os episódios de 3 a 11. A personagem que funciona como ponto de referência principal nesse longo trecho da narrativa é o príncipe. Por fim, no quarto macrodomínio, estão inseridos os episódios 12 e 13, em que a personagem que funciona como ponto de referência principal é novamente a mãe biológica.

O ponto de referência principal imprime uma forte conectividade conceitual aos episódios inseridos em seu macrodomínio. Mas essa conectividade conceitual não é a única característica desses macrodomínios. A narrativa analisada aqui mostra que, de um ponto de vista formal, os limites entre macrodomínios diferentes são especificamente marcados por meio de gestualidade ou por meio de certos itens lexicais: os finais do primeiro e do segundo episódios, que marcam o limite, respectivamente, do macrodomínio criado pela concepção da mãe biológica e da mãe adotiva, coincidem, cada um, com o fim de uma unidade gestual, em que as duas mãos do sinalizador voltam para a posição de repouso (sequências a e b da figura a seguir); o terceiro episódio, que é o início do macrodomínio criado pelo ponto de referência do príncipe, começa com a realização dos sinais ACONTECER-COMO (sequência c da figura a seguir); e o décimo segundo episódio, que é o início do macrodomínio criado pelo ponto de referência da mãe biológica, começa com a realização do sinal ACONTECER-UM (sequência d da figura a seguir)³⁴.

O Quadro 3 resume as seguintes informações: qual é o ponto de referência que cria cada um dos macrodomínios na narrativa; quais episódios fazem parte de cada um desses macrodomínios; e quais são as marcas formais encontradas em seus limites.

Quadro 3 – Divisão em macrodomínios a partir de pontos de referência principais

Md.	Ponto de ref. principal	Ep.	Marcas formais
1	mãe biológica	1	início e fim de unidade gestual, com gesto marcando o seu fim
2	mãe adotiva	2	início e fim de unidade gestual
3	príncipe	3 a 11	início de unidade gestual com os sinais lexicais ACONTECER-COMO
4	mãe adotiva	12,13	sinais lexicais ACONTECER-UM e fim de unidade gestual

³⁴ De acordo com alguns usuários fluentes em libras, ACONTECER-COMO e ACONTECER-UM são expressões comumente usadas, que parecem equivaler a *aconteceu como?* e *acontece que*. O sinal UM usado na segunda expressão, portanto, não parece ser nem um numeral, nem um artigo indefinido. No caso ilustrado em (d), uma tradução seria: *Acontece que, em outro castelo...* Essas duas expressões parecem marcar o início de um novo macrodomínio conceitual. Da mesma maneira, o gesto realizado no final do primeiro episódio (ilustrado na figura a), cuja tradução pode ser *E pronto*, parece marcar o fim de um macrodomínio conceitual. Maiores estudos sobre essas expressões são necessários.



Figura 7 – Limites dos episódios que fecham ou abrem macrodomínios

As estratégias usadas para marcar a criação dos pontos de referência principais e a consequente abertura de seus macrodomínios estão fortemente associadas à organização espacial da sinalização. Embora a introdução de personagens se faça prototipicamente por meio de sinais lexicais, esses sinais são imediatamente integrados a uma localização do cenário que está sendo construído, por meio: 1. da localização dos sinais em lugares não prototípicos, resultando na criação de tokens; 2. de pantomimas, expressões faciais e marcas posturais, como mudanças na posição do tronco e da cabeça, resultando na emergência de sub-rogados; e 3. de apontamentos direcionados a localizações do cenário, indicando a criação de um sub-rogado invisível³⁵. Nesses casos, há

35 Em uma narrativa ficcional, como a que está sendo analisada nesta pesquisa, não é feita referência a elementos do *ground* (isto é, entidades que estão presentes no espaço real), mas a entidades da narrativa. A partir do momento em que o corpo do sinalizador passa a ser o *Inarrador*, os apontamentos devem ser entendidos, dentro da narrativa, como fazendo referência a entidades pertencentes a espaços sub-rogados ou a tokens ativos (isto é, pontos de referência cujo domínio está ativado). Só é possível apontar para um elemento do *ground*, se a integração do sinalizador com o papel de narrador é desfeita.

uma parceria entre sinais lexicais e gestos para criar nominais referenciais. Entretanto, em algumas circunstâncias, é possível a criação de nominais constituídos apenas de gestos, que funcionam igualmente bem como pontos de referência principais.

Um exemplo de introdução de personagem feita por nominais de natureza exclusivamente gestual se encontra no primeiro macrodomínio referencial da narrativa, em que o ponto de referência principal é a mãe biológica da camponesa. Logo após descrever o tempo e o espaço em que ocorre a história que ele vai contar, com o olhar direcionado ao |narratário|, o |narrador| realiza o sinal NASCER. Em seguida, sua expressão facial se modifica e seu olhar é direcionado para baixo e para a esquerda, criando, assim, um sub-rogado de alguém que segura algo nos braços. Esse trecho da narrativa pode ser observado na Figura 8.



Figura 8 – Introdução de personagem por meio de sub-rogado

Ao mesmo tempo, o |narrador| cria um sub-rogado de um bebê, pela configuração dos braços e pela direção do olhar³⁶. O corpo do sinalizador, nesse momento, passa a ser a |mãe biológica|, que segura o |bebê| em seus braços. Em seguida, é realizado um movimento das mãos e dos braços para cima, com alteração da expressão facial, enquanto o olhar ainda está voltado para a mesma localização, tornando clara a existência dos dois sub-rogados, como pode ser visto na Figura 9³⁷.

Embora sinais lexicais não sejam utilizados para a identificação da personagem da mãe biológica e do bebê, a interpretação é norteadada pelo fato de que o frame semântico do verbo *nascer* contém as concepções de “mãe” e “bebê”. Junte-se a isso o fato de o sinal NASCER, em libras, ser bastante icônico, representando um movimento que tem início na altura do abdome do sinalizador e termina na altura da região pélvica. Essa iconicidade ajuda na conceitualização dos referentes sub-rogados |mãe| e |bebê|.

36 O sinal BEBÊ, na libras, é bastante semelhante ao gesto que o sinalizador realiza nesse momento da narrativa, na medida em que iconicamente representa o ato de segurar um bebê e de embalá-lo. No dicionário de Capovilla e Raphael (2001), o sinal é descrito da seguinte maneira: braço esquerdo horizontal, dobrado em frente ao corpo, mão horizontal, palma para cima; braço direito horizontal, dobrado sobre o braço esquerdo, mão direita horizontal, palma para cima; balançar os braços para a esquerda e para a direita. Entretanto, marcas corporais e o desvio do olhar do sinalizador, ao mesmo tempo em que suas mãos e braços assumem a configuração de quem segura um bebê, levam à conclusão de que não é o sinal BEBÊ que está sendo realizado nesse trecho da narrativa, mas uma ação construída em que alguém segura um bebê no colo.

37 As linhas horizontais foram colocadas para evidenciar o movimento realizado pelas mãos, pelos braços e pela cabeça do sinalizador.



Figura 9 – |mãe| segurando um |bebê|

Nessa instância de introdução de personagens por meio de uma ação construída, sem qualquer recurso a nominais de natureza lexical, nota-se uma estratégia da libras – e, provavelmente, de todas as línguas de sinais – para marcar a proeminência referencial: a personagem mais proeminente se torna o sub-rogado visível, enquanto a personagem menos proeminente é expressa por meio de um sub-rogado invisível. A proeminência do sub-rogado visível é não só perceptual – ele é fruto da integração entre a personagem da história e o corpo do sinalizador – como também conceitual – são suas ações que são demonstradas por meio de movimentos do corpo, direcionamento do olhar, expressões faciais etc. O sub-rogado invisível é menos proeminente, tanto perceptual quanto conceitualmente, porque sua existência depende do direcionamento do olhar, das ações e dos apontamentos feitos pelo sub-rogado visível.

Outro exemplo de criação de um ponto de referência principal feita exclusivamente por gestualidade é a que abre o quarto macrodomínio, no início do episódio 12. Trata-se, na verdade, da reintrodução da mãe biológica, que estava ausente da narrativa desde o final do primeiro episódio. Entretanto, no início do episódio 12, não sabemos que a personagem sendo referida é a mãe biológica. Sabemos, apenas, que uma mulher em um outro castelo recebe o convite para a festa de casamento, e isso é feito por meio da criação de um sub-rogado, como pode ser visto na Figura 10.



Figura 10 – Reintrodução de personagem por meio da criação de sub-rogado

Após contar que a cena se passa em outro castelo, o |narrador| realiza os sinais RECEBER CONVITE (cinco primeiras imagens da figura). O sinal CONVITE é icônico: cada mão representa uma das partes de um cartão dobrado. A mão direita, então, é levantada, indicando a abertura do convite. Posteriormente, é

realizado o sinal CONVIDAR que, prototipicamente, é realizado com as duas mãos. O sinal, entretanto, é realizado apenas com a mão direita, enquanto a mão esquerda se mantém na posição anterior, representando o convite. A partir do momento em que o |narrador| realiza o sinal CONVITE, seu tronco e sua cabeça são ligeiramente inclinados para a direita. Em seguida, é refeito o sinal icônico inicial, representando o convite aberto, e o olhar do sinalizador é direcionado fixamente para o convite, enquanto suas sobrancelhas se franzem; seu tronco e sua cabeça, ainda inclinados para a direita, são também sutilmente inclinados para trás. Dessa maneira, é criado um sub-rogado de alguém que lê o convite, localizado do lado direito do cenário.

A seguir, a identidade dessa personagem é revelada por meio de um pensamento contruído, que pode ser visto no trecho a seguir³⁸:



Figura 11 – Pensamento construído da |mãe biológica|. Referência por apontamento

A |pessoa que recebe o convite| se identifica por meio da reativação de um espaço mental criado no início da narrativa: o momento em que o bebê nasce e é abandonado. Nesse trecho, os apontamentos direcionados para o corpo do sinalizador, que aparecem na primeira e na quarta imagens da sequência, devem ser interpretados como apontando para o sub-rogado. Essa é uma característica do processo de referência das línguas sinalizadas que é bem capturada pela proposta de Liddell. Todo apontamento pode, em princípio, fazer referência ao próprio sinalizador, ao |narrador| ou a alguma |personagem|. Para sabermos qual é o referente de um apontamento, é preciso que saibamos qual é o espaço mental que está ativado em um dado momento do discurso. Aqui sabemos que o apontamento se refere à |pessoa que recebe o convite|, porque esse sub-rogado foi criado logo no início do episódio e se tornou o ponto de referência de um macrodomínio³⁹.

A outra maneira de introdução de personagens observada pode ser exemplificada pela primeira menção à personagem da mãe adotiva, no início do segundo episódio, que coincide com o início do segundo macrodomínio. O |narrador| usa um nominal complexo formado de cinco sinais lexicais, mostrados na Figura 12.

Mas isso não é tudo. A realização desses sinais é simultaneamente combinada com a localização não prototípica no espaço de sinalização, fazendo emergir um token que é fruto da integração da personagem com o lado direito do cenário. O sinal OUTR@, prototipicamente, inicia-se na frente do tronco do sinalizador e é realizado por meio de um movimento curto para fora. Entretanto, como pode ser observado na primeira imagem da sequência, o |narrador| inicia o sinal do lado direito de sua cabeça e, em seguida, movimenta sua mão para

³⁸ O trecho pode ser traduzido como: *eu lembro que no passado... eu sou a pessoa que quando o bebê nasceu, eu abandonei.*

³⁹ Em narrativas, como são frequentes as alternâncias entre |narrador| e |personagem| e entre duas ou mais |personagens|, em muitos casos um sinal lexical é usado para ajudar a identificar a entidade referida pelo apontamento.

fora, distanciando-a de seu corpo⁴⁰. Da mesma maneira, os sinais CAMPO e POBRE, que prototipicamente têm realização na frente do tronco do sinalizador, são realizados aqui com um deslocamento para o lado direito. Além disso, durante a realização dos sinais MULHER e POBRE, o sinalizador inclina seu tronco para o lado direito, como pode ser visto na terceira e na última imagem da sequência⁴¹.



Figura 12 – Introdução de personagem por meio de sinais lexicais e criação de tokens

Essa parceria entre sinais lexicais e gestualidade para a referência a personagens proeminentes pode também ser observada na primeira menção ao príncipe, que vai ser tomado como ponto de referência principal por um longo trecho da narrativa, tendo seu macrodomínio estendido para além do limite de um episódio. Ele é introduzido em um cenário sub-rogado que já estava sendo construído. Imediatamente antes da introdução do príncipe, o |narrador| havia criado o sub-rogado de um |homem| que conduz uma |carruagem|. Com esses elementos altamente ativados, o príncipe é introduzido com o uso dos sinais lexicais HOMEM PRÍNCIPE, como pode ser visto na Figura 13. Mas já durante a



Figura 13 – Introdução de personagem por meio de sinais lexicais e da criação de sub-rogado

40 O contraste com a realização prototípica do sinal pode ser visto na comparação entre o sinal realizado pelo sinalizador na narrativa e a figura que segue:



41 O nominal complexo pode ser traduzido para o português como *outra mulher pobre que vivia no campo*.

realização do sinal **HOMEM**, o tronco do sinalizador começa a se inclinar levemente para a direita. Na realização do sinal **PRÍNCIPE**, sua cabeça também se inclina para a direita, integrando a personagem ao lado direito do cenário. Além disso, a expressão facial do sinalizador começa a mudar, iniciando a criação de um sub-rogado: o |príncipe| sentado na |carruagem|. A personagem é representada iconicamente, com os braços levantados, as mãos relaxadas e o tronco inclinado para trás, imitando alguém que está sentado de maneira confortável, com os braços apoiados nas laterais da porta de uma carruagem. O olhar, como é comum na criação de sub-rogados, é desviado do interlocutor, voltando-se para frente, distante. Os ombros do sinalizador movimentam-se para cima e para baixo, representando mimeticamente o balanço da carruagem em movimento.

Até aqui, vimos, então, que referentes altamente proeminentes na história podem ser introduzidos quer por meio de sinais lexicais imediatamente associados a tokens ou a sub-rogados, quer por meio da criação de sub-rogados, sem necessidade do apoio de sinais lexicais. Vamos, agora, ver quais as estratégias usadas para a retomada de alguns desses e de outros referentes, e o contexto em que elas ocorrem.

Como já visto, as formas de codificação utilizadas para retomar um referente dentro de um domínio devem ser compatíveis, em termos de acessibilidade, com o nominal que funciona como ponto de referência. Assim, por exemplo, em português, se o ponto de referência é um nominal pleno, deverão aparecer, dentro de seu domínio, nominais que estão mais altos na escala de acessibilidade – como proformas anafóricas ou pronominais. Além disso, como aponta Givón (1983), a quantidade de material fonológico do nominal usado para a retomada de um referente tem uma relação inversa em relação ao grau de acessibilidade do referente: quanto menor o grau de acessibilidade do referente, mais material fonológico será utilizado para codificá-lo. É exatamente isso que observamos no decorrer de toda a narrativa.

Uma das estratégias de retomada de personagem observadas é o uso de um gesto de apontamento para um sub-rogado. No primeiro macrodomínio, em que a mãe biológica é o ponto de referência principal, a personagem do bebê havia sido introduzida por meio de um sub-rogado invisível (ver Figura 8 e Figura 9). Na sequência ilustrada pela Figura 14, o bebê é retomado por um gesto de apontamento.



Figura 14 – Retomada da personagem do bebê por meio de gesto de apontamento (2ª imagem da sequência)

Nessa passagem, a personagem da mãe biológica continua sendo o referente mais proeminente e o ponto de referência de todo o macrodomínio: ela é o sub-rogado visível. A personagem do bebê se mantém acessível na medida em que também está presente na cena como sub-rogado invisível, no |colo da mãe|. Por conta disso, é possível, dentro do pensamento construído da |mãe| (ilustrado nas duas primei-

ras imagens da sequência), retomar a personagem do bebê por meio de um gesto de apontamento (como ilustrado na segunda imagem da sequência). Trata-se, portanto, de um mecanismo de referência nominal que combina dois tipos de gestualidade: sub-rogados e apontamentos manuais. O gesto de apontamento, por si só, já revela uma redução de material fonológico. O mesmo acontece com o sub-rogado do exemplo. Comparem os braços do sinalizador na Figura 9 e na Figura 14: no primeiro caso, o sub-rogado é criado pelos dois braços, enquanto, no segundo, apenas o braço esquerdo do sinalizador é suficiente para fazer referência ao bebê.

Essa redução fonológica aplicada a um sub-rogado pode ser vista também na retomada da personagem do bebê no segundo macrodomínio, que tem como ponto de referência principal a mãe adotiva. A introdução do bebê nesse macrodomínio é feita por um gesto de apontamento realizado pelo sub-rogado da |mãe adotiva| seguido da criação do sub-rogado do bebê por meio de uma pantomima de um bebê chorando e esperneando. É isso o que pode ser visto nas duas últimas imagens da Figura 15.



Figura 15 – Introdução da personagem do bebê no 2º macrodomínio por gesto de apontamento e pantomima

Em outra menção ao bebê dentro do mesmo macrodomínio, um gesto de apontamento é seguido da repetição da pantomima que, agora, é menos elaborada. Em termos de fases do gesto, na primeira realização da pantomima, sua fase expressiva é composta por três movimentos feitos por cada uma das mãos, de maneira alternada; na segunda realização, a fase expressiva é composta por apenas um movimento, feito com as duas mãos simultaneamente. Além disso, na primeira realização da pantomima, o sinalizador inclina sua cabeça e seu tronco para trás, balançando-o para o lado direito e esquerdo; na segunda realização, apenas a cabeça é inclinada para trás e não é realizado nenhum movimento com o tronco. As duas ocorrências são ilustradas, respectivamente, em (a) e (b), na Figura 16.



Figura 16 – Menor elaboração de pantomima para retomada de referente

No terceiro macrodomínio, cujo ponto de referência principal é a personagem do príncipe, encontramos exemplos de retomadas de referentes feitas apenas por ações contruídas localizadas em partes especiais do |cenário|. Em um trecho anterior ao que vamos discutir aqui, o |príncipe| havia sido integrado ao espaço do lado direito do corpo do sinalizador, e a |camponesa| do lado esquerdo. Para retomar a referência ao príncipe, o sinalizador inclina seu tronco para o lado direito, virando-o para o lado esquerdo, tornando-se o |príncipe| que quer conversar com a |camponesa|. Logo a seguir, o sinalizador inclina seu tronco para o lado esquerdo, assume uma expressão facial e corporal de timidez, tornando-se assim a |camponesa| tímida, insegura em relação à conversa do príncipe. É isso que vemos na Figura 17.



Figura 17 – Retomada do príncipe e da camponesa por meio da integração a localizações no espaço e ações construídas de sub-rogados

A retomada do príncipe e da camponesa, em alguns casos, é realizada por meio de sinais lexicais. Com relação à camponesa, em muitas instâncias, ela é retomada por meio de partes de pantomimas ou marcas posturais e faciais, como descrito antes. Mas, em três situações bastante semelhantes, a referência a ela é feita por meio do sinal lexical MULHER. As três situações estão ligadas à alternância de sub-rogado visível, e o sinal lexical é utilizado para indicar que o corpo do sinalizador deixou de ser o |príncipe| e passou a ser a |camponesa|. Uma dessas situações é mostrada na Figura 18.



Figura 18 – Retomada da camponesa por meio de sinal lexical – Alternância de sub-rogados

Na primeira imagem da Figura 18, o corpo do sinalizador é o |príncipe|, que se aproxima da |camponesa|, sub-rogado invisível, para ajudá-la. Em seguida,

seu corpo volta a ser o |narrador|, que realiza o sinal MULHER (segunda imagem da figura). Na terceira imagem da figura, o sub-rogado visível já é a camponeza, que está recolhendo os produtos do plantio que havia derrubado no chão.

A personagem do príncipe também é retomada por um sinal lexical em uma situação semelhante à descrita acima. No diálogo construído entre o príncipe e a empregada do castelo, os sub-rogados de um e de outro, caracterizados pela inclinação do tronco para a direita e a cabeça voltada para a esquerda, se assemelham muito. Observem os dois sub-rogados na Figura 19⁴².



Figura 19 – Semelhança entre os sub-rogados da empregada e do príncipe

Essa semelhança cria uma ambiguidade referencial que, no entanto, é desfeita quando o |narrador| sinaliza HOMEM, para mostrar a alternância entre a fala da |empregada| e a do |príncipe|. É isso o que mostra a Figura 20. O uso de sinais lexicais em situações de alternância de sub-rogados parece ser bastante comum. Eles funcionam como rótulos ou legendas que guiam a interpretação dos participantes da interação, justamente porque a proeminência referencial é disputada por mais de uma personagem.

No caso antes descrito também há uma redução de material fonológico em relação à primeira menção do príncipe, que foi introduzido na história por meio da sinalização de um nominal complexo, HOMEM PRÍNCIPE (ver Figura 13).



Figura 20 – Retomada do príncipe por meio do sinal lexical HOMEM

42 A linha vertical foi acrescentada para a melhor visualização da posição do tronco do sinalizador nas imagens.

Em um outro contexto, a personagem do príncipe é retomada por um sinal lexical, também com conteúdo fonológico reduzido em relação ao da primeira menção. No trecho ilustrado pela Figura 21, o |narrador| usa o sinal PRÍNCIPE, mas, aqui, por um motivo diferente daquele que acabamos de apresentar em relação ao uso do sinal HOMEM.



Figura 21 – Retomada do príncipe por meio do sinal lexical PRÍNCIPE

O que ocorre aqui é que há uma mudança de episódio – do 6º para o 7º – e, conseqüentemente, uma disjunção conceitual, com mudança de cenário, de ação e de personagens, o que faz diminuir a acessibilidade do príncipe. Além disso, o sub-rogado |príncipe| é desfeito (quem aparece na Figura 21 é o |narrador|), o que desfaz a proeminência perceptual de que a personagem gozava no episódio anterior. O uso do sinal lexical possibilita a reativação do domínio referencial da personagem do príncipe.

Na quebra do 9º para o 10º episódio, há uma outra retomada da personagem do príncipe por meio do sinal lexical PRÍNCIPE. Como na passagem do 6º para o 7º episódio, o sub-rogado ativo é o |narrador|, e é ele quem está sinalizando PRÍNCIPE ANDAR-A-CAVALO. É isso o que mostra a Figura 22.



Figura 22 – Nova retomada do príncipe por meio do sinal lexical PRÍNCIPE

Como no exemplo anterior, aqui há uma mudança de cenário – do castelo da fada para a feira; há mudança de ação – do encontro da fada com seu marido e com o príncipe para o encontro do príncipe com a camponesa; e há mudança de personagens. Além disso, no 9º episódio, a personagem do príncipe deixa de ser mencionada por algum tempo, enquanto ocorre a pantomima do encanto lança-

do pela |fada| sobre o reino, e enquanto o |narrador| explica que todos já se tornaram surdos, incluindo a rainha-mãe. Com isso, as proeminências conceitual e perceptual do príncipe sofrem uma diminuição, o que vem a ter influência na decisão de usar um sinal lexical para sua retomada no episódio seguinte. Também como no exemplo anterior, todos os sub-rogados de personagens estão desfeitos; o único que se mantém é o do narrador⁴³.

Por fim, gostaríamos de comentar o uso de um nominal complexo formado de sinais lexicais que nos parece ser predicativo, e não referencial. No segundo macrodomínio, em que a personagem da mãe adotiva é o ponto de referência principal, há um trecho em que sua proeminência é diminuída em favor da do bebê, que se torna o sub-rogado visível na cena (ver a última imagem da Figura 15). Em seguida, o sinalizador inclina seu corpo para a direita, vira sua cabeça para a esquerda e olha em direção ao local onde o |bebê| havia sido conceitualizado. Nesse momento, tem início a criação do sub-rogado da mãe adotiva. Logo a seguir, o |narrador| olha para o |narratário| e sinaliza MULHER. Nesse momento, o uso do sinal é referencial e pode ser explicado porque há uma alternância de sub-rogados (do |bebê| para a |mãe adotiva|), e porque a proeminência da personagem da mãe adotiva havia diminuído para ceder espaço conceitual e perceptual para o bebê. Com o uso do sinal lexical MULHER e com a criação do sub-rogado, no entanto, a mãe adotiva volta a se tornar altamente proeminente. Imediatamente após essa sinalização, tem início o pensamento construído da |mãe adotiva|, que pode ser visto na Figura 23.



Figura 23 – Uso predicativo de sinal lexical

Não existe nenhuma razão aparente para que o sinal MULHER seja usado novamente para fazer referência à personagem da mãe adotiva. Como esse uso faz parte do pensamento construído da personagem e segue um gesto de apontamento dirigido para o sub-rogado, estamos analisando essa instância de uso de um nominal pleno como tendo valor predicativo, e não referencial. Se essa análise estiver no caminho certo, uma possível tradução desse trecho para português é *Eu sou uma mulher crescida (adulta), já estou velha e gorda*.

⁴³ Embora o príncipe seja relevante em todo esse terceiro macrodomínio, ele interage com muitas personagens, em cenários diversos, realizando diferentes ações. Isso faz que, em alguns trechos do macrodomínio, a proeminência do príncipe sofra uma diminuição local, em favor de um aumento da proeminência local de outras personagens. Entretanto, há casos em que isso não acontece. Por exemplo, na passagem do 4º para o 5º episódios, ocorre uma mudança de cenário e de ação, mas a personagem do príncipe se mantém proeminente o suficiente para poder ser retomada pela criação de um sub-rogado, sem o apoio de sinais lexicais.

CONCLUSÃO

Buscando contribuir para os estudos de língua em uso que investigam as estreitas relações entre gesto e língua nas línguas sinalizadas, este artigo resume uma análise inicial do processo de referenciação nominal na língua de sinais brasileira⁴⁴. A investigação se restringiu apenas a um gênero de discurso – a narrativa. Seus achados, portanto, são limitados, devendo vir a ser corroborados (ou não) por pesquisas futuras. Mesmo assim, o mapeamento das relações referenciais observadas na narrativa analisada permite a elaboração de algumas generalizações que podem vir a nortear novas investigações a respeito do assunto.

Para proceder à análise, estabelecemos uma primeira divisão da narrativa em episódios caracterizados por um tema comum, pelas ações realizadas pelas personagens, e por um cenário. Esses episódios correspondem ao que Givón (1983) chama *parágrafo temático* e ao que van Hoek (1997) chama *parágrafo conceitual*. A segunda divisão feita focalizou a proeminência de algumas personagens e estabeleceu quatro macrodomínios referenciais. Dentre as razões conceituais que nos levaram a esses macrodomínios, estão a proeminência global de um ponto de referência principal e a conectividade entre as ações que se desenrolam dentro de toda a extensão do macrodomínio. De um ponto de vista formal observamos que esses macrodomínios são marcados por limites de unidades gestuais – cuja observação se tornou possível pelo rigor que procuramos imprimir ao processo de transcrição dos dados; e por algumas expressões, como ACONTECER-COMO e ACONTECER-UM.

Tendo como base essa divisão da narrativa em episódios e macrodomínios referenciais, pudemos levantar as diferentes estratégias da libras para a introdução e retomada de personagens. Para a introdução de personagens, foram usados sinais lexicais plenos, sempre imediatamente seguidos de alguma integração conceitual de caráter espacial ou gestual. Em apenas um contexto, foi observada a primeira menção a duas personagens feita por meio de integrações sub-rogadas/ações construídas sem o apoio de nominais lexicais referenciais.

A retomada de personagens foi feita sempre por meio de nominais fonologicamente menos elaborados, como esperado: gestos de apontamento, pantomimas simplificadas, marcas posturais menos detalhadas, e nominais lexicais plenos menos complexos. Nesse último caso, dois aspectos ficaram claros: a retomada foi feita por um sinal lexical (nominal pleno) 1. sempre que foi necessário distinguir, dentro do mesmo episódio, um sub-rogado de outro, fossem eles sub-rogados de personagens ou o sub-rogado do narrador; 2. quando, na mudança de episódio, a proeminência perceptual e conceitual da personagem estava diminuída, a referência foi feita por meio da fala do |narrador|.

Para além das formas de introdução e retomada de referentes em uma língua de sinais, a análise aqui apresentada revela a importância do papel que a organização espacial e que a parceria entre elementos gestuais e linguísticos desempenham na gramática e na organização dos discursos de línguas da modalidade visual-gestual. Não só nominais de natureza eminentemente lexical, mas tam-

bém pantomimas, gesticulações, marcas posturais e faciais com a integração das conceitualizações das personagens a lugares específicos no espaço de sinalização são formas que conduzem ao estabelecimento e à retomada de referentes em narrativas sinalizadas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. M. T. de. *Estrutura narrativa e espaços mentais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- BAHAN, B. J. et al. Convergent evidence for the structure of determiner phrases in American Sign Language. In: FLSM VI. *Proceedings of the Sixth Annual Meeting of the Formal Linguistics Society of Mid-America*, v. 2. Ed. Leslie Gabrielle, Debra Hardison, Robert Westmoreland, 1-12. Bloomington, Indiana, 1995.
- BRANDT, L. *Explosive Blends*. From Cognitive Semantics to Literary Analysis. S. 1.: Roskilde University, 2000.
- BOLGUERONI, T. *Uma descrição do processo de referenciação em narrativas contadas em língua de sinais brasileira (libras)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CANTRALL, W. R. *Viewpoint, reflexives, and the nature of noun phrases*. The Hague: Mouton de Gruyter, 1974.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001. v. I e II.
- CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time*. The Flow and Displacement of Conscious Experience in Speaking and Writing. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. The Pisa Lectures. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1981.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- CLARK, H. H. *Using Language*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.
- COULSON, S. *Semantic Leaps*. Frame-shifting and Conceptual Blending in Meaning Construction. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2001.
- EMMOREY, K.; FALGIER, B. Conceptual Locations and Pronominal Reference in American Sign Language. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 33, p. 321-331, 2004.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002.
- GIVÓN, T. Topic Continuity in Discourse: an introduction. In: GIVÓN, T. (Ed.). *Topic Continuity in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p. 5-41.

- HEIM, I. The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases. 1982. Thesis (Ph.D. in Linguistics)–University of Massachusetts, Amherst, 1982.
- KIBRIK, A. A.; PROZOROVA, E. V. Referential Choice in Signed and Spoken Language. In: DAARC 2007 (6TH DISCOURSE ANAPHORA AND ANAPHOR RESOLUTION COLLOQUIUM). Ed. Antonio Branco, Tony McEnery, Ruslan Mitkov and Fatima Silva, p. 41-46. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto. Porto, 2007.
- KITA, S.; VAN GJLN, I.; VAN DER HULST, H. Movement Phases in Sign and Co-Speech Gestures and their Transcription by Human Coders. In: PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL GESTURE WORKSHOP. Ed. Ipke Wachsmuth and Martin Fröhlich, p. 23-35. Bielefeld, Germany, 1997.
- LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form. Topic, Focus and Sentence Form*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1994.
- LANGACKER, R. W. Observations and Speculations on Subjectivity. In: *Iconicity in Syntax*. 1985
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Theoretical Prerequisites. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Descriptive Application. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.
- LANGACKER, R. W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- LANGACKER, R. W. Discourse in Cognitive Grammar. *Cognitive Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 143-188, 2001.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar*. A Basic Introduction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008.
- LIDDELL, S. K. Four Functions of a Locus: reexamining the structure of space in ASL. In: LUCAS, C. (Ed.). *Sign Language Research: Theoretical Issues*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1990. p. 176-198.
- LIDDELL, S. K. Tokens and Surrogates. In: AHLGREN, B. B.; BRENNAN, M. (Ed.). *Perspectives on Sign Language Structure*. Durnham, UK: International Sign Language Linguistics Association (ISLA), 1994. p. 106-119.
- LIDDELL, S. K. Real, surrogate, and token space: Grammatical consequences in ASL. In: EMMOREY, K.; REILLY, J. (Ed.). *Language, Gesture and Space*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1995. p. 19-41.
- LIDDELL, S. K. Spatial representations in discourse: comparing spoken and signed language. *Lingua*, v. 98, p. 145-167, 1996.
- LIDDELL, S. K. Gounded blends, gestures and conceptual shifts. *f*, v. 9, n. 3, p. 283-314, 1998.
- LIDDELL, S. K. Indicating verbs and pronouns: pointing away from agreement. In: LANE, H.; EMORREY, K. (Ed.). *The Signs of Language Revisited: an Anthology to Honor Ursula Bellugi and Edward Klima*. Mahwah, NJ: LEA publishers, 2000. p. 303-320.
- LIDDELL, S. K. *Grammar, Gesture, and Meaning in American Sign Language*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2003.

- LIDDELL, S. K.; METZGER, M. Gesture in sign language discourse. *Journal of Pragmatics*, v. 30, p. 657-697, 1998.
- LILLO-MARTIN, D. Point of View Predicate in American Sign Language. In: EMMOREY, K.; REILLY, J. S. (Ed.). *Language, Gesture, and Space*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1995. p. 155-170.
- MacGREGOR, D. Real Space Blends in Spoken Language. *Gesture*, v. 4, n. 1, p. 75-89, 2004.
- McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. de A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. *Alfa*, v. 54, n. 1, p. 265-289, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2880>>.
- McCLEARY, L.; VIOTTI, E. Sign-gesture symbiosis in Brazilian sign language narrative. In: PARRILL, F.; TOBIN, V.; TURNER, M. (Ed.). *Meaning, form, and body*. Stanford: CSLI, 2010. p. 181-201.
- McCLEARY, L.; VIOTTI, E. Língua e gesto em línguas sinalizadas. *Veredas*, v. 1, p. 289-304, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-212.pdf>>.
- McNEILL, D. *Hand and mind: what gestures reveal about thought*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1992.
- MEURANT, L. The speaker's eyegaze: creating deitic, anaphoric and pseudo-deitic spaces of reference. In: *TISLR9 Sign Languages: Spinning and unraveling the past, present and future*. Caderno A. Petrópolis: Arara Azul, 2008. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/portal/media/k2/attachments/abertura.pdf>>.
- MOREIRA, R. L. *Uma descrição da dêixis de pessoa na língua de sinais brasileira: pronomes pessoas e verbos indicadores*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- OAKLEY, T. V. Conceptual Blending, Narrative Discourse, and Rhetoric. *Cognitive Linguistics*, v. 9, n. 4, p. 321-360, 1998. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1460790>.
- OAKLEY, T. V. *From Attention to Meaning*. Explorations in Semiotics, Linguistics, and Rhetoric. Bern: Peter Lang, 2009.
- PIZZUTO, E. et al. Dêixis, anáfora e estruturas altamente icônicas: evidências interlinguísticas. In: *TISLR9 Sign Languages: spinning and unraveling the past, presente and future*. Petrópolis: Arara Azul, 2009. p. 147-166. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/portal/media/k2/attachments/completo_port.pdf>.
- SÁ, T. M. M. de. et al. Definiteness in Brazilian Sign Language: a Study on Weak and Strong Definites. *ReVEL*, v.10, n. 19, p. 21-38, 2012.
- SLOBIN, D. I. Review of S. Liddell, Grammar, Gestures, and Meaning in American Sign Language. *Language*, v. 82, p. 176-179, 2006.
- TANNEN, D. *Talking Voices: repetition, dialogue, and imagery in Conversational Discourse*. 2. ed. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1989.
- VAN HOEK, K. Conceptual Reference Points: A Cognitive Grammar Account of Pronominal Anaphora Constraints. *Language*, v. 71, n. 2, p. 310-340, 1995.

VAN HOEK, K. Conceptual Locations for Reference in American Sign Language. In: SWEETZER, E.; FAUCONNIER, G. (Ed.). *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

VAN HOEK, K. *Anaphora and Conceptual Structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

VAN VLIET, S. Reference points and dominions in narratives. A Discourse Level Exploration of the Reference Point. In: EVANS, V.; POURCEL, S. (Ed.). *New Directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 441-464.

BOLGUERONI, T.; VIOTTI, E. Nominal reference in Brazilian sign language (libras). *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 15-50, 2013.

Abstract: Most of the knowledge on nominal reference comes from analyses of oral languages. Few are the works which have investigated the referential process in signed languages, and even fewer are those which are based on real face-to-face discourse. This article contributes a description and analysis of nominal referencing in a Brazilian Sign Language narrative, told by an adult deaf, fluent in the language. Based on a careful and detailed transcription of the data, we have raised the nominal forms used for the introduction of characters and further reference to them as the story develops, and we have characterized the conceptual domains in which these forms occur.

Keywords: *signed languages; nominal reference; language and gesture.*

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em fevereiro de 2013.